

# A resistência timorense permanece: a imigração no Brasil

Processo de Produção do Conhecimento: Aplicações Profissionais

GT 28: Interculturalidade: povos originários, afro e asiáticos na América Latina e no Caribe

Suillan Miguez Gonzalez<sup>1</sup> – Mateus de Sá Barreto Barros<sup>2</sup>

## RESUMO

Diante do Programa Internacional em que Brasil e Timor-Leste são signatários, é que há concretização da imigração timorense, vinculados a universidades brasileiras. Percebe-se que o grupo de leste-timorenses apresenta considerável resistência à cultura hegemônica ocidental, pela colonização portuguesa e posterior invasão indonésia ter promovido processos históricos diferenciados dos reconhecidos no Brasil. Isso ocorre porque o Timor experimentou outras formas de organização social, antes mesmo do período colonial. Esses Estados eram reinos que territorializavam a região e não foram esquecidos. Daí o surgimento da resistência como verdade cultural e que prevalece na postura individualizada dos timorenses, mesmo na imigração. A vivência e docência no Timor para o grupo de timorenses, somados à entrevista *in locu* e no Brasil fundamentaram este trabalho.

**Palavras-chave:** resistência; territorialidade; Timor-Leste.

## 1. Introdução

O presente artigo procura tratar da imigração timorense no Brasil, levando em consideração os contextos históricos diferenciados, o que promove um panorama formado pelo distanciamento cultural já que os processos históricos desses países se deram de maneira profundamente diferentes, não apenas no que diz respeito a costumes, mas à organização social, religião, moral, entre outros aspectos. Sobretudo, pela inserção das culturas em questão se encontrarem em mundos que produzem imaginários distintos, tidos como ocidental e oriental.

Embora façam parte de mundos ditos como distintos, Timor e Brasil dialogam por meio das cooperações internacionais, as quais Portugal e Austrália também se fazem colaboradores. Contudo, existe sempre uma manutenção da tradição local, isto quer dizer que as influências estrangeiras são superficiais. A comoção diante dessas questões tem relação com os vinte e cinco anos de conflito direto com o invasor (Indonésia), considerando que a convicção do reconhecimento identitário do povo leste-timorense forjou uma rede de solidariedade, a princípio, para então surgir a guerrilha das montanhas liderada efetivamente pelo aclamado Xanana Gusmão.

A língua portuguesa teve um papel fundamental na rede de comunicação da guerrilha. Além disso, foi por intermédio desta e da Igreja Católica que a situação de conflito sangrento do povo passou a ser divulgada no mundo. O sentido da guerra civil pela retomada do território engendrou uma perspectiva diferenciada do que seja Estado, nação e, posteriormente, democracia.

Sendo assim, coloca-se como questão central do trabalho discutir as relações estabelecidas entre timorenses e brasileiros na troca cultural e entre os próprios timorenses no ato de se refazerem no Brasil, lançando mão da herança da resistência: memória coletiva do ser timorense.

---

<sup>1</sup> Suillan Miguez Gonzalez é mestre em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (ECLLP/USP);

<sup>2</sup> Mateus de Sá Barreto Barros é doutorando em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo (DIVERSITAS/USP).

O percurso realizado para efetivação da pesquisa consistiu em vivência *in locu*, por seis meses; além do contato direto e preparação dos timorenses para ingresso nas Instituições de Ensino Superior brasileiras; entrevistas realizadas com os mesmos no Timor e, posteriormente, no Brasil; e levantamento de estudos relacionados às problemáticas já apontadas.

## **2. “A sociedade é apenas o ser, o existir é coisa do espaço”: o caso da imigração timorense no Brasil**

A imigração na América Latina, sobretudo no Brasil, com determinada frequência, enaltece o sentimento xenofóbico principalmente quando diz respeito a imigrantes de países africanos e asiáticos. À xenofobia soma-se o racismo, e atos criminosos em casos mais extremos. É certo que isso mantém relação com heranças coloniais, que perpassam o tempo e o espaço, característica central do pensamento ocidental.

Quando se trata da imigração, particularmente de timorenses no Brasil, depara-se com características muito singulares, uma vez que a racionalidade destes é demasiadamente diferente do contexto de que é denominado ocidental. Trazem em suas bagagens, roteiros históricos próprios, acumulados ao longo do processo colonizador português e do invasor indonésio, reafirmando, ainda que em outros territórios, o que há de mais essencial para eles: a família, a liberdade e a tradição. Tais verdades culturais resistiram aos longos anos de invasão, finalizada há apenas dez anos e persistem.

Essas verdades, no processo de análise, tornam-se categorias que possibilitam a compreensão da sociedade. Podem ser semelhantes em relação ao que o Ocidente conhece, todavia, o conteúdo das mesmas e os processos pelos quais se organizam, demonstram diferenças. Emília Viotti (1998) ensina – em seu livro sobre a revolta de Demerara em Suriname, mas que pode ser utilizado nesse caso –, que para apreender as ações humanas, se faz necessário utilizar as categorias disponíveis. No entanto, são demasiadamente abstratas, pois “são construídas historicamente, não são essências imutáveis e primordiais das quais se possam deduzir as idéias e o comportamento das pessoas. Elas significam coisas diferentes em épocas e lugares diferentes” (p.15). Nessa perspectiva:

“O que as pessoas contam tem uma história que suas palavras e ações traem, mas que suas narrativas não revelam imediatamente; uma história que explica porque usam palavras que usam, dizem o que dizem e agem como agem; uma história que explica os significados específicos por trás da universalidade ilusória sugerida pelas palavras – uma história de que muitas vezes elas próprias não se dão conta”. (p.15).

Os timorenses também universalizam a história, o roteiro histórico produzido pelo Timor e a imagem que fazem dos demais países perpassa pela revolução. A revolução é naturalizada por eles, e em sendo assim, ocorreu em todos os países para a conquista da independência. E quando se procura analisar a imigração dos timorenses no Brasil, é visível o confronto simbólico vivenciado entre os que resistiram ao processo de aculturação colonial e de invasão, ao mesmo tempo que se dispuseram a integrar a cultura e a sociedade brasileira. É evidente o choque entre essa racionalidade que trouxeram e o pensamento ocidental.

Nesse ensejo, Boaventura de Sousa Santos (2009) afirma que o pensamento ocidental é, em larga medida, um pensamento abissal que consiste, por sua vez, “num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis” – continua Santos – “são estabelecidas através de linhas radicais que dividem o social em dois universos distintos: o

universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’” (p.23)<sup>3</sup>. A questão maior é que o pensamento abissal se propõe tão radical que apresenta o universo “do outro lado da linha” em condição de inexistência completa, não permitindo, dessa maneira a “co-presença” desses dois lados. Assim como o conjunto racional, de conhecimento, cultura, valores, que o universo “do outro lado da linha” forja enquanto compreensão do mundo. Como não é possível a “co-presença”, a única possibilidade vista pelo universo “desse lado da linha” quando sentem seus princípios (econômicos, sociais e políticos) serem questionados é utilizar da dicotomia apropriação/violência.

A violência consiste, em muitos casos, na imposição de parâmetros, ou seja, a imposição de modas. É sabido que as modas intelectuais ou mesmo políticas – e uma não se distancia da outra, conforme Milton Santos (2006), – “são impostas por centros de poder e de dinheiro que gastam primeiro para recensear as tendências e gastam depois para impor os caminhos que devemos seguir” (p.22).

O Brasil vem investindo muito dinheiro para tornar-se centro, e age de maneira estratégica, em relação aos países de língua portuguesa, atuando nos palcos globais como amigo e parceiro, no entanto, vela os reais interesses que possui sobre esses países. O investimento brasileiro no envio de profissionais de áreas diversas para o Timor e, mais recentemente, no intercâmbio de estudantes timorenses em universidades brasileiras, deixa claro a intenção de que esses venham a defender, em futuro próximo, as modas mencionadas nas instituições políticas de um país em construção.

A razão, representada pelo economicismo dominante, promove as maiores atrocidades e deixa transparecer o que há de mais irracional na humanidade. É em nome de um modelo de desenvolvimento e da estabilidade econômica que se anunciam guerras, que se desumaniza civilizações e mesmo continentes inteiros, como o caso do Oriente, bem exemplificado por Edward Said (2012), que se promove a exploração do humano e a naturalização do trabalho escravo. A razão está em favor disto? A divisão territorial do trabalho permite localizar, identificar com clareza, “as empresas de ‘qualidade’, empresas ativas onde os homens são passivos e ‘sem qualidade’, os bairros ‘luminosos’ e ‘inteligentes’, mas onde as relações são verticais, pragmáticas. Áreas” – afirma Milton Santos (2006) – “que são reino da obediência cega em nome do rendimento e da competitividade abrigando um cotidiano enquadrado, repetitivo, um cotidiano de gestos sem surpresa... e portanto sem futuro!” (p.23).

Nesse caso, pode-se ampliar a escala geográfica de análise, entendendo, desse modo, os bairros luminosos como países luminosos, autointitulados de desenvolvidos. E os homens passivos, quanto países pobres. A divisão territorial internacional do trabalho permite visualizar com clareza os países ativos, afundados em guerra, que promove a paranoia coletiva, justificada como defesa contra o terror. Enquanto ofusca alguns países pobres, em que a violência não é introjetada ou mesmo alimentada pela discrepância socioeconômica. Nos moldes ocidentais, ela é praticamente inexistente, como no Timor.

O economicismo exclui de sua análise uma enormidade de fatores que perfazem a sociedade, conduzindo, de acordo com Milton Santos (2006) “à busca de uma racionalidade única, o que sobra passa ao domínio do residual e do assistencialismo” (p.25). O autor propõe assim, que o enfoque disciplinar seja deixado de lado e dê lugar a uma epistemologia existencial, ou seja, “uma epistemologia que inclua obrigatoriamente o espaço, na medida em que a sociedade é apenas o ser, o existir é coisa do espaço” (p.25).

A epistemologia proposta por Milton Santos pode ser utilizada na análise da sociedade timorense, visto que os parâmetros que englobam a economia não explicam em absoluto as relações sociais institucionalizadas no Timor. O que ainda rege o mundo timorense é a possibilidade do existir e

---

<sup>3</sup> O Brasil se enquadraria, teoricamente, no universo daqueles “do outro lado da linha”, contudo, é necessário que se reconheça que o Estado e as elites sociais desse país se encontram, ou ao menos almejam o “Norte Metafórico”, categoria que o próprio Boaventura de Sousa Santos utiliza como uma forma de identificar o pensamento ocidental nesse universo.

vivenciar o presente, já que o duradouro período de conflitos imprimiu uma concepção de futuro esvaziada na vida da população. A língua usual, o tétum, é a comprovação de que o sistema linguístico atende às necessidades de seus falantes, e vai além, ao também apagar os vestígios (a partir do genocídio empreendido) da possibilidade da projeção, inviável em tempos de guerra.

A sociedade se territorializa e cria dinâmicas espaciais a partir do sentimento de ser e pertencer a um dado lugar, dependendo das circunstâncias e subjugos. O mesmo ocorre com os timorenses que trazem para o continente latino-americano, especificamente para o Brasil, trajetórias de vidas marcadas pela luta pelo direito de ser e existir como timorenses e não indonésios, o que reflete na resistência destes permanecer estando em situação de imigração no Brasil.

### 3. “Acredito mais em nós mesmos”: a resistência como autenticidade timorense

A restauração da independência de Timor-Leste leva consigo a tentativa contemporânea de empreender ocupação territorial forçada por meio do oportunismo capitalista a partir de uma brecha de instabilidade política leste-timorense (ao então primeiro tentame de autodeterminação em relação ao seu colonizador, Portugal). A busca pela ampliação da territorialidade, que é particularmente insular, por parte da Indonésia na década de 70 sustentou durante 25 anos uma invasão repleta de episódios sangrentos. Exemplo disto é o Massacre de Santa Cruz em 12 de novembro de 1991, na capital Díli, em que uma multidão de timorenses se mobilizou para a missa de Sebastião Gomes na paróquia em que este foi morto por soldados indonésios por integrar movimento pró-independência. Dirigiram-se para o cemitério de Santa Cruz no intuito de prestar homenagem ao jovem, e em estando lá, foram encurralados e mais sangue fora derramado, cerca de 250 mortos se somaram aos milhares já eliminados em prol de um senso expansionista promovido pelo ditador indonésio Suharto.

Diante do conflito estabelecido em que o enfrentamento bélico era praticamente unilateral e contava com o apoio da Austrália e dos Estados Unidos para o abastecimento de todo arsenal de guerra da Indonésia, é que houve a necessidade de mobilização do povo timorense para que o espaço no qual se reconheciam como povo pudesse ser reavisto. Surgiu, então, a guerrilha, que nada mais significava do que a possibilidade da resistência. E isto implicava não no confronto e eliminação por completo dos indonésios que ali saqueavam as comunidades e violentavam as mulheres, mas na não-rendição e entrega do Timor-Leste e a consequente restrição da liberdade de expressar as verdades culturais ou mesmo do apagamento das inúmeras línguas faladas somente pelos leste-timorenses.

A guerrilha se amparou nas montanhas, transformadas em espaço estratégico, uma vez que ao mesmo tempo em que se prestava como abrigo na mata, em buracos e cavernas, os timorenses podiam ter uma visão privilegiada da movimentação dos soldados indonésios e suas respectivas investidas no que também serviu de abrigo às muitas famílias oprimidas pela violência empregada cotidianamente, inclusive pelo incentivo à escassez de alimentos e à dispersão de doenças causadas pela opressão indonésia.

A liderança e a criação de uma rede de comunicações entre os timorenses instalados nas montanhas e os que ficaram nos distritos e sucos convivendo com as imposições das tropas dos invasores contaram com a perseverança de Xanana Gusmão, considerado o líder máximo da resistência timorense.

Gusmão e os guerrilheiros elegeram a língua portuguesa como o instrumento de comunicação da resistência, já que não era entendida pelos invasores pelo fato do *bahasa* indonésio pertencer a um grupo linguístico distante do idioma neolatino. E também por creditar à cultura leste-timorense contribuições nas quais reconheceram válidas a tal ponto que hoje está oficializada como a segunda língua do país, sendo a primeira o tétum.

A resistência freou o total apagamento da herança portuguesa, no entanto, a Indonésia empregou incisivas políticas para impor a sua língua e conseqüentemente cultura. A começar pela construção de inúmeras escolas em que a preocupação era centrada no ensino do *bahasa* indonésio, formando gerações sem o contato com uma memória legítima timorense. Ou ainda pelo investimento em pavimentação das estreitas estradas, porque o intuito era oferecer alguma ideia de desenvolvimento ao povo para imprimir aceitação. Ao contrário de uma lógica colonizadora, a existente no seio desta população invadida não se relaciona a um modelo hegemônico, ou melhor, aos recursos da urbanização como parâmetro de sucesso socioeconômico do país. A grata surpresa da sociedade timorense – e toda a sua complexidade desdobrada em hierarquias, rituais e sentido de honra – é a desvinculação da cultura ocidental de nivelamento dos países a partir de cifras e não do valor de sua gente.

Em entrevista, ainda nas montanhas, Xanana Gusmão (1997) responde incisivamente ao repórter português sobre o que pensa da ajuda internacional ao Timor, principalmente no concernente a Portugal: “acredito mais em nós mesmos” (p. 117). Isto, por si só, foi o mantra que impulsionou por anos o povo timorense a não ceder, eles acreditavam acima de tudo na causa pela qual resistiam: devolver às famílias já dilaceradas um país que oferecesse liberdade e paz.

Em Crônica da Observação da Coragem, Teresa Amal (2002), escritora angolana, por meio do relato da vivência no coração da tragédia, testemunhou e registrou a luta e a esperança de um povo feito de rostos, vozes, cheiros e sons concretos, a cores:

“Poderá parecer uma repetição inútil e até talvez maçadora a que faço da beleza da ilha de Timor e da coragem do seu Povo. Talvez me falte o génio para encontrar outras coisas e outras formas de o dizer mas se me ativer ao poder do que vi e com o que vi o que senti, não posso deixar de repetir mil vezes as mesmas coisas porque de tudo isso foi feita esta observação da coragem, até da natureza, de resistir sempre e sempre majestosamente a tantas punições injustas e incompreensíveis”. (p.11).

Enveredado pela linha da necessidade de historicização das “verdades” sobre os conflitos vividos pelo Timor, o moçambicano José Rodrigues dos Santos, naturalizado português, investigou profundamente os detalhes da tentativa do povo leste-timorense de autonomia absoluta do país, elaborou o que foi chamado pela crítica de Ficção/Verdade, ou seja, contar “as verdades” através da ficção, neste caso: a ficcionalização da transição de um momento político tenso até a efetiva invasão dos soldados indonésios a partir da liderança do ditador Suharto.

A obra *Ilha das Trevas* denuncia as atrocidades dos invasores, o planejamento indonésio em prol da aniquilação completa de um povo para anexar a ilha ao conjunto de milhares de outras pertencentes à Indonésia, e aponta a guerrilha como o único subterfúgio político e estratégico para não permitirem o subjugo.

O romance conta com uma personagem, Paulino da Conceição, relutante quanto às suas memórias da história sangrenta vivenciada, passa as noites em claro, numa insônia de guardar um segredo. Paulino teve que cometer um crime: um assassinato para defender a família da morte; nem mesmo num contexto extremo de guerra declarada há a absolvição de um gesto como este, a pacificidade e a religiosidade da cultura de que faz parte o colocam na certeza de que fez o mal, de que o mal estava ali estabelecido e havia ele cedido a isso.

A narrativa histórica de Santos (2011) finaliza num tom de recuperação de fôlego, de um alívio desesperado em registrar a retomada e respeito da dignidade dos timorenses; todavia, as milhares de vidas perdidas permanecem como uma memória que transcende o solo timorense e se torna a saudade infinita da singularidade do ser, do nosso ser:

“De pé na bancada e de olhos cerrados, Paulino encheu os pulmões com o ar puro daquela brisa de liberdade, sentiu no vento os fantasmas dos filhos a afastarem-se para o mar, seria sugestão, seria nostalgia, seria ilusão, seria a dor que agora vai e que mais tarde vem, ou será que já não vem?, seria a ânsia e o desespero de acreditar num perdão, seria a doce fantasia da esperança, seriam saudades de Esmeralda, ou seria simplesmente o orgulho, aquele orgulho de quem tudo perdera, tudo mesmo, e algo enfim recuperara.

A dignidade.

Timor-Leste abandonara finalmente as trevas, mas quão difícil e tormentoso tinha sido o longo caminho para Tacitolo”. (p. 351-352)

A recuperação do território, cujo valor se remete ao sentimento de pátria a qual a libertação dependeu da efetiva participação do povo, não dissipou o sentido de resistência concretizado com a guerrilha. O governo transitório, a presença da ONU e de países cooperantes com o Timor, como Brasil, Portugal e Austrália, povoaram o lugar com estrangeiros ou *malai*<sup>4</sup>. Os completos 10 anos de cooperação entre Brasil e Timor, por exemplo, já promoveu o intercâmbio cultural suficiente para oferecer aos mais proficientes estudantes timorenses vagas no Ensino Superior brasileiro. Tanto a instalação de *malai* no Timor, quanto a imigração para o Brasil não interferiram decisivamente para que crenças, preferências e tradições fossem sendo substituídas pelo discurso e prática de superioridade oferecido pelo Ocidente. Ao invés disto, agregaram gostos, como o pela música sertaneja brasileira, mas não cultivaram paladar para a carne vermelha, por exemplo, sentem falta de comer o *kankun*<sup>5</sup> e se restringem em preparar apenas o arroz para as principais refeições, como se estivessem no Timor.

O grupo de 33 timorenses que foram aceitos em diferentes cursos de graduação na UEPB, *campi* de Campina Grande e João Pessoa, utiliza a língua portuguesa para uso social no que diz respeito à interação com brasileiros. Entretanto, os comentários, brincadeiras, piadas e mesmo a própria entonação da gargalhada ocorrem em tétum, a língua que os confirma timorenses e que sempre naturalmente os reagrupa nesta condição. Em cerca de um ano vivendo e estudando no Brasil, tal grupo, pelos motivos supramencionados, não avançou na fluência da língua portuguesa como o esperado, uma vez que o elemento identitário, o tétum, continua prevalecendo, mesmo em território brasileiro.

Em conversa com os jovens timorenses, em Campina Grande, estes não demonstraram interesse em permanecer no Brasil, ao contrário, sentem saudades do Timor, onde mínimos são os recursos e as oportunidades, mas que oferece o que elencam ser a prioridade: a família, o cerne da propagação da cultura, das tradições e da resistência. E colocam-se prontos para ao término dos estudos voltarem e contribuir para o processo de construção do país, porque é o lugar que verdadeiramente abriga a esperança de fazer a diferença, assim como quando cantam o hino nacional do país (composição de Borja Costa), cuja letra reacende o poder da conquista popular da pátria (superou a colonização e as invasões) e homenageia os timorenses militantes, tendo estes como heróis:

“Pátria, pátria, Timor-Leste nossa nação.  
 Glória ao povo e aos heróis da nossa libertação.  
 Vencemos o colonialismo.  
 Gritamos: abaixo o imperialismo.

<sup>4</sup> Como chamam o forasteiro ou estrangeiro em tétum.

<sup>5</sup> Vegetal cultivado no Timor para as refeições.

Terra livre, povo livre,  
 não, não, não à exploração.  
 Avante, unidos, firmes e decididos.  
 Na luta contra o imperialismo,  
 o inimigo dos povos,  
 até à vitória final,  
 pelo caminho da revolução!

Refrão: Pátria, pátria, Timor-Leste nossa nação.  
 Glória aos heróis da nossa libertação”

Essa geração de leste-timorenses no Brasil – alguns crianças e outros guerrilheiros durante os conflitos – quer para si a participação efetiva na construção da nação, agora, em outra jornada, fazendo parte do que chamam de “recursos humanos”, isto é, pessoas qualificadas para atuar na gestão do país.

É neste ensejo que a Cooperação Brasileira no Timor por meio do Programa de Qualificação Docente e Língua Portuguesa no Timor-Leste<sup>6</sup> (PQLP), financiado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ofereceu ao grupo o Curso de Preparação de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira (CPLP), no primeiro semestre de 2012, com aulas diárias para amenizar o choque cultural, aperfeiçoar a variação da língua portuguesa condizente, e para inteirá-los das questões acadêmicas pertinentes.

O contato diário com os aprovados previamente por exame de proficiência em língua portuguesa realizado pelo Ministério da Educação do Timor permitiu a sondagem das diferentes vivências dos estudantes, assim como as particularidades do ser timorense. Exemplo disto é a organização do Estado, que oficialmente se constitui como uma República Semipresidencialista, entretanto, a sociedade leste-timorense ainda está arraigada a um modelo secular próprio de administração da ilha, os reinos; hoje, atualizados em chefias de sucos. A autoridade dos chefes de sucos (devidamente coroados) é acionada antes mesmo de atingir qualquer esfera ligada à nova forma de governo implantada. Há, portanto, uma ordem social soberana que incentiva a manutenção de uma maneira de viver legítima que ainda marginaliza a de então.

A resistência prevalece porque a crença nos antepassados – cultuados na *uma lulik*<sup>7</sup> – na magia da *katana*<sup>8</sup>; no poder de cura e adivinhação do *matandoke*<sup>9</sup>; nas cerimônias de luto e “desluto”; no ritual da colheita; nas línguas distritais; na tradição oral permeando todas as relações sociais; na palavra como a certificação da honra; na dignidade em não aceitar esmola, apenas “presente” que honre a família; na pobreza não promover violência, drogas e a banalização das tradições locais; em haver um espírito de irmandade inabalável. Isto quer dizer que os timorenses vivem a dinâmica proposta pela ideia de ilha: vivem para si mesmos, suspensos e imersos ao mesmo tempo, não se projetam a parâmetros de culturas que se colocam majoritárias para o mundo (sem que isto signifique alienação). Trata-se da autenticidade/liberdade de simplesmente ser timorense no fortalecimento da coletividade, qualquer que seja ela, inclusive na situação de imigração discutida.

<sup>6</sup> A autora do artigo fez parte da missão do PQLP da Cooperação Brasileira correspondente ao primeiro semestre de 2012. Viveu e lecionou no Timor-Leste por seis meses; foi a idealizadora – junto a mais duas professoras – do CPLP, e desde então, mantém contato com o grupo de timorenses, antes alunos, agora amigos no Brasil.

<sup>7</sup> Em tétum significa “casa sagrada”.

<sup>8</sup> Na cultura timorense, seria uma espada que deve permanecer no seio familiar e acredita-se ser mágica.

<sup>9</sup> É uma figura importante para os timorenses, uma mistura de feiticeiro, curandeiro e adivinhador.

#### 4. Breves Considerações

A imigração de timorenses para o Brasil marca o sucesso da cooperação entre os países em questão, porque superaram os distanciamentos (geográficos e culturais), ao mesmo tempo em que se afastaram de uma relação de subalternidade. Apesar de Timor também passar pelo processo de imigração crescente (portugueses, australianos e brasileiros) e de se permitir o intercâmbio no Brasil, percebe-se que tanto na individualidade quanto na coletividade há uma memória viva da resistência.

A resistência como guerrilha já se desfez com o advento da autodeterminação de Timor; entretanto, muito restou: Xanana Gusmão e Ramos-Horta foram oficializados líderes a partir de um modelo de governo reconhecido e legítimo pela comunidade internacional de países; os timorenses retomaram a territorialidade na qual se reconheciam, mesmo com o espaço repleto de vazio existencial no sentido das vidas tiradas e no de ter em vida o sofrimento de perda; e a sempre memória de persistir lealmente um pelo outro, um no outro e por todos nós.

#### Referência Bibliográfica

AMAL, Teresa. Timor Leste: Crónica da Observação da Coragem. Coimbra: Quarteto, 2002.

GUSMÃO, Xanana. Acreditamos mais em nós mesmos. In. SANT'ANNA, Sílvio L. (Org.). Timor Leste: este país quer ser livre. São Paulo: Editora Martin Claret, 1997.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de bolso, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina S/A, 2009.

SANTOS, José Rodrigues dos. A Ilha das Trevas. Libia: Gradiva, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existencial. In. LEMOS, Amália Inés Geraiges de; SILVEIRA, María Laura; ARROYO Mónica (Orgs.). Questões territoriais na América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

VIOTTI, Emília. Coroa de Glória, Lágrimas de Sangue: a Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.